



SEÇÃO: ARTIGOS

Um sistema de dispersão interdiscursivo: as tensas e desiguais relações entre o discurso institucional e o discurso tradicional no espaço discursivo da pesca

An interdiscursive dispersion system: the strained and unequal relations between institutional discourse and traditional discourse in the discursive space of fishing

Roseli da Silva Cardoso¹

orcid.org/0000-0002-5801-1533

roselicrds008@gmail.com

Fátima Pessoa²

orcid.org/0000-0002-9967-9708

fpessoa37@gmail.com

Recebido em: 15/12/2020.

Aprovado em: 28/05/2021.

Publicado em: 27/01/2022.

Resumo: Este estudo propõe a descrição e a interpretação das relações conflituosas entre os discursos dos pescadores tradicionais e representantes governamentais na reorganização social da pesca nas Reservas Extrativistas Marinha do Brasil (RESEX) Caeté-Taperaçú (PA) e Arai-Peroba (PA). Com base nos postulados de Michel Foucault (1996; 2012; 2013) e Dominique Maingueneau (2005; 2008; 2015), reflete-se sobre estratégias e táticas de governamentalidade dos sujeitos que trabalham na atividade da pesca tradicional em territórios que passam a ser regidos por dispositivos de controle das populações, bem como as formas de resistência a esses dispositivos. Na análise do texto da Lei n. 9.985 (BRASIL, 2020) e de narrativas de pescadores, discute-se, em particular, as interseções entre saber e poder relacionadas à gestão de recursos financeiros e a disputa por representação política em torno dessa gestão. Entende-se que as formas dessa gestão constituem uma espécie de escambo da contemporaneidade, porque os bens e fomentos oferecidos têm por contrapartida o controle da população das UC, alicerçada na economia política do Estado que exercita o poder no triângulo da disciplina, da soberania e da gestão governamental.

Palavras-chave: Atividade da pesca. Discurso institucional. Discurso tradicional. Sistema de dispersão. Interdiscurso.

Abstract: This study proposes the description and interpretation of the conflicting relationships between the discourses of traditional fishermen and government representatives in the social reorganization of fishing in the Brazilian Marine Extractive Reserves (RESEX) Caeté-Taperaçú (PA) and Arai-Peroba (PA). Based on the postulates of Michel Foucault (1996, 2012, 2013) and Dominique Maingueneau (2005, 2008, 2015), it reflects on governmentality strategies and tactics of the subjects who work in the traditional fishing activity in territories that are now governed population control devices, as well as forms of resistance to these devices. In analyzing the text of Law 9,985/2000 and fishermen's narratives, the intersections between knowledge and power related to the management of financial resources and the dispute for political representation around this management are discussed. It is understood that the forms of this management constitute a kind of exchange of contemporaneity, because the goods and promotions offered have in return the control of the population of the UC, based on the political economy of the State that exercises power in the triangle of discipline, sovereignty and government management.

Keywords: Fishing activity. Institutional discourse. Traditional speech. Dispersion system. Interdiscourse.



¹ Secretaria de Educação do Estado do Pará, Bragança, PA, Brasil.

² Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

Introdução

Este artigo é um desdobramento da tese de doutorado intitulada *A interface discurso e trabalho nas relações entre pescadores tradicionais e representantes institucionais da pesca*.³ Nele, traça-se um percurso analítico-discursivo das relações de trabalho de pescadores em duas unidades de conservação (UC), do estado do Pará. A primeira UC é a vila do Treme, localizada no município de Bragança, a qual faz parte da Reserva Extrativista Marinha do Brasil (RESEX), Caeté-Taperaçu. A segunda comunidade estudada é a vila do Arai, situada no município de Augusto Correa, compreendendo uma área da RESEX Arai-Peroba.

Essas instituições governamentais efetivam uma política pública que tem como objetivo reduzir o uso predatório dos recursos pesqueiros, peixes e caranguejos, nas áreas litorâneas de manguezal. A sua gestão opera por meio de um conselho deliberativo composto por sujeitos que representam o poder do Estado dentro das comunidades tradicionais, gerando conflitos políticos, ambientais, econômicos e sociais.

Para compreensão dos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, importa esclarecer que a tese supracitada tem por objeto as relações discursivas entre o discurso institucional, constituído pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), a qual diz respeito à legislação da criação e implantação da RESEX, e pelo plano de manejo, documento oficial que propõe normas de zoneamento e regras de uso dos recursos naturais, e o discurso tradicional, constituído pelas narrativas dos pescadores. Essas relações interferem na constituição das tensas relações de trabalho nas UC. Para a compreensão dos modos como se efetiva essa interferência, parte-se do entendimento de um sistema de dispersão de sujeitos e lugares institucionais que sustenta a seguinte hipótese: o trabalho da pesca nas UC se constitui pela relação de saber e poder tensa e desigual entre os sujeitos do discurso tradicional e os sujeitos do discurso institucional.

É mister salientar que a pesquisa se debruça sobre a governamentalidade dentro das UC,

fundamentada em Foucault (2013), nos três movimentos que envolvem as políticas públicas do Estado, tais como o governo, a população e a economia política. Em outras palavras, analisa-se o conjunto constituído pelas instituições e estratégias do poder no controle da população, por meio da instrumentalização do saber que corresponde a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança, isto é, as táticas gerais da governamentalidade que permitem definir o que compete ou não ao Estado, o que é público ou privado na conjuntura social pesquisada. Portanto, depreende-se que as relações de poder e saber da economia política estão ancoradas no triângulo da arte de governar, ou seja, na soberania, na disciplina e na gestão governamental.

Esse método contempla o que Maingueneau (2005, p. 17) propõe para a análise do discurso: "nós nos situaremos no lugar em que vem articular-se um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma 'enunciabilidade' possível de circunscrever-se historicamente". Tal proposta descortina as relações de trabalho da pesca em constantes conflitos, dada a heterogeneidade discursiva que compõe o *corpus* desta pesquisa e as relações interdiscursivas, abordadas por Maingueneau (2005), a fim de compreender como se articulam o discurso jurídico, o discurso acadêmico e o discurso da tradição sobre a atividade da pesca, todos operando na produção simbólica das relações de trabalho.

Em outros termos, analisa-se o primado do interdiscurso em razão da possibilidade da abertura de um programa de investigação científica que legitima o reconhecimento do modo de organização institucional no funcionamento discursivo. Conforme os postulados de Maingueneau (2015, p. 28), pressupõe-se que "o discurso só adquire sentido no interior de um imenso *interdiscurso*", ou ainda "para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras".

³ A referida tese foi defendida e aprovada no dia 6 de julho de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. A autoria é da Prof.^a Dr.^a Roseli da Silva Cardoso, orientada pela Prof.^a Dr.^a Fátima Cristina da Costa Pessoa.

Uma vez apresentados os fundamentos em que se assenta este artigo, passa-se a estabelecer a intersecção entre os postulados de Foucault e Maingueneau, sustentada na apreensão do objeto de análise atravessado pelos conceitos dos referidos teóricos e constituída em dois pontos fundamentais: o sistema de dispersão nas relações de saber e poder e o primado do interdiscurso no funcionamento discursivo da atividade da pesca nas UC.

1 Um sistema de dispersão nas relações de saber e poder da pesca tradicional

Para a análise discursiva das relações de saber e poder com base em Foucault (2012), *a priori* deve-se estudar formas de repartição, em vez de se constituir cadeias de inferências. Em outros termos, em lugar de estabelecer quadros de diferenças em analogia aos linguistas, o analista do discurso deve descrever sistemas de dispersão e estudar as regularidades enunciativas, as condições de existência de uma repartição discursiva dada, com base nos conceitos de formação de objetos, modalidades de enunciação, formação de conceitos, escolhas temáticas ou formação de estratégias. Tais conceitos abrem espaço para se empreender uma arqueologia do saber em que se enquadra o objeto de estudo aqui em tela. Em conformidade com as reflexões de Foucault (2012, p. 83):

Por sistema de formação é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática.

Nesse sentido, pressupõe-se que as relações de trabalho da pesca tradicional se estabelecem por lutas de forças entre saberes e poderes, as

quais não podem ser vistas como um objeto natural, mas um processo dinâmico e heterogêneo em constante transformação, uma prática social. Por essa razão, a noção de genealogia do poder em Foucault (1996; 2003) também constitui um dos conceitos fundamentais para esta pesquisa, uma vez que a tensão entre as relações de saber e poder se constituem por meio de dispositivos de natureza essencialmente estratégica, mediante o entrecruzamento de diferentes sujeitos enunciativos no mesmo campo discursivo. Segundo o referido autor, dispositivo⁴ seria os vários mecanismos pelos quais o poder se inscreve nas relações sociais, dada sua constituição heterogênea, circula tanto por entre as redes institucionais mais complexas, vinculadas ou não ao Estado, quanto pelas relações mais próximas do convívio familiar.

Dessa maneira, pode-se falar de uma genealogia do poder no contexto da pesca tradicional, a qual possibilita ao analista do discurso adentrar no jogo de uma exterioridade, isto é, no conjunto das coisas ditas nas relações de saber e poder, regularidades enunciativas, transformações e entrecruzamentos verificáveis que indicam o lugar singular de um sujeito falante situado no tempo e no espaço socialmente definidos. Nesta perspectiva, o discurso "não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Na abordagem genealógica do poder, deve-se dar conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objetos, das condições de possibilidades no interior de uma trama histórica, isso significa livrar-se do sujeito constituinte, transcendente com relação aos acontecimentos, deixar de perseguir sua identidade vazia ao longo da história. Mas, também, livrar-se da noção negativa, esquelética e repressiva do poder, o qual se identifica com o poder da lei que diz não, a força da proibição. Em conformidade com Foucault (2003, p. 8), o poder deve ser considerado como "uma rede produtiva que atravessa todo

⁴ O conceito de dispositivo foi ampliado por dois filósofos da atualidade, Agamben e Deleuze. Para o propósito deste estudo, a definição de Agamben nos ajuda a pensar as relações de saber e poder dos diferentes enunciativos no campo discursivo da pesca tradicional. Ele afirma ser um dispositivo "[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas e as opiniões dos seres viventes" (AGAMBEN, 2009, p. 40).

corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir", e sobretudo o poder "produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso", fato que configura uma nova "economia" do poder.

A "economia" do poder nas UC pesquisadas, com base em Foucault, constitui-se de estratégias de dominação capitalista que não são palpáveis ou transparentes, elas se manifestam em formas diversas para manter uma positividade, dessa maneira, o analista do discurso não pode considerar que a linguagem seja transparente, atentar apenas ao que é dito literalmente, mas deve perceber que nas relações de saber e poder a eficácia produtiva do governo mascara domínios de objetos e rituais de verdades, social e historicamente materializados nos discursos dos sujeitos representantes do poder e a ele subordinados.

A esse respeito, pode-se falar do investimento político do corpo e sistema de sujeição dos sujeitos, em que o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Trata-se de um saber do corpo que não se refere à ciência de seu funcionamento, mas, segundo Foucault (1999), de um saber da tecnologia do corpo, uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições em que o poder neles exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia. Desse modo seus "efeitos de dominação não são atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos que se desvende nele uma rede de relações sempre tensas [...]" (FOUCAULT, 1999, p. 30).

Dessa maneira, justifica-se o espaço a ser descrito neste estudo como um sistema de dispersão interdiscursivo, inscrito na tensão das relações de saber e poder no contexto de trabalho da pesca tradicional, uma vez que nele encontram-se dispositivos, conforme sugere Foucault (2013, p. 246), "sempre inscritos num jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam". O autor diz ainda que "dispositivos são estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo

sustentadas por eles." (FOUCAULT, 2013, p. 246). Nesse aspecto, as estratégias se configuram na dispersão das relações de força do aparato institucional da RESEX, estando ligadas ao poder do Estado. Elas nascem e se sustentam no saber jurídico e técnico-científico em prol da atuação da mecânica do poder por meio de dispositivos administrativos e de segurança para gerir e controlar os moradores das UC.

Portanto, tem-se um estudo arqueogenológico da constituição do funcionamento discursivo no espaço da pesca tradicional por meio da análise que atravessa a organização social, econômica, histórica e ambiental no imenso espaço interdiscursivo das UC.

2 O primado do interdiscurso nas relações de saber e poder

A rede de lugares distintos desenvolvida no espaço de exterioridade da relação de trabalho da pesca tradicional, apontada neste estudo com base em Foucault, são para Maingueneau (2005) os limites de uma instituição, os lugares que ocupamos refletidos nas ações verbais e não verbais compostos por uma comunidade discursiva, uma ordem instituída fundamentada em formações discursivas. Constata-se, nos dois autores, a função mediadora da atividade de linguagem, por mais que ela pareça transparente, sempre há uma mediação entre os sentidos possíveis em relação aos objetos e aos sujeitos. Maingueneau (2005, p. 21) propõe que "a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos".

A partir desse caráter não transparente da linguagem, diante do dizível e indizível que compõe o empreendimento discursivo deste estudo, cabe ressaltar a noção de competência discursiva concebida por um sistema de restrições semânticas que definem regularidades discursivas historicamente definidas. Segundo Maingueneau (2005, p. 54), "o princípio de uma competência discursiva permite esclarecer um pouco a articulação do discurso e da capacidade dos sujeitos de interpretar e de produzir enunciados". Diz ainda, "o princípio

de uma competência, por aquilo que *pode* ser dito, permite justamente dar conta melhor do que foi efetivamente dito". Nesse sentido, o sujeito localiza-se institucionalmente, a cada tomada da palavra, em um campo discursivo.

A noção de competência discursiva nesta análise marca um lugar de divergência entre os postulados de Foucault e Maingueneau quando relacionam as posições enunciativas. Em Foucault, os sujeitos ocupam lugares institucionais sem escolhas dentro do sistema de dispersão discursiva, são assujeitados nas relações de forças, podem ou não apresentar a capacidade de resistência por meio da insurreição de saberes, possibilitam rupturas discursivas no momento e no espaço apropriado. Em Maingueneau (2005), tem-se um sujeito com capacidade de reagir em uma conjuntura social, apesar das restrições semânticas em um campo discursivo, por meio de adaptações e mudança de discurso, sem dar lugar a outros sujeitos. Ele critica a concepção de sujeitos como "ceras moles que se deixam 'dominar', 'assujeitar' por um discurso todo poderoso" (MAINGUENEAU, 2005, p. 53). Em suas palavras, assegura que:

No curso de sua vida, o mesmo indivíduo pode, sucessivamente e talvez simultaneamente, inscrever-se em competências discursivas distintas [...]. Não é porque em determinado momento a dominação discursiva vacilou, que um discurso se tornou improdutivo ou se marginalizou, que todos os usuários se calaram ou passaram a palavra a outros enunciadores. A capacidade de adaptação da grande maioria não padece de nenhuma dúvida: a maior parte dos pregadores, dos jornalistas etc... católicos de antes do Concílio II não deu lugar a outros; eles mudaram de discurso. (MAINGUENEAU, 2005, p. 55)

Os sujeitos não escolhem seus discursos livremente e seu conteúdo é historicamente determinado, mas o que interessa ao analista do discurso são as propriedades de uma estrutura que correspondem ao estatuto de seus enunciados. Maingueneau (2005, p. 55) sugere que "é preciso não confundir duas coisas: a estrutura do conteúdo dessa competência e suas condições formais de possibilidade". Suas pressuposições apontam para uma competência interdiscursiva, a qual "supõe a presença do Outro no coração

de cada discurso" (MAINGUENEAU, 2005, p. 60).

Em outros termos, Maingueneau sugere a heterogeneidade enunciativa, a qual se desdobra em uma heterogeneidade mostrada, acessível ao aparelho linguístico, e uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro, nela se inscreve o primado do interdiscurso. Em termos de relações intersubjetivas, o Outro situado no espaço discursivo seria, segundo o autor, um eu do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se. Por essa razão, questionam-se as relações interdiscursivas na condução deste estudo: como se dá a relação de saber e poder entre os diferentes sujeitos enunciadores no sistema de dispersão da pesca?

No sistema de dispersão e regras de Foucault se enquadra o objeto deste estudo, as relações tensas de saber e poder no contexto da pesca tradicional, mas também este objeto se apoia na categorização de Maingueneau, no intuito de dar clareza aos dados pesquisados na constituição do *corpus* analítico deste empreendimento discursivo.

Maingueneau (2005) apresenta duas unidades utilizadas pelo analista do discurso: as unidades tópicas, pré-recortadas pelas práticas sociais e que se articulam em torno de tipos e gêneros do discurso, dispositivos da comunicação sócio-historicamente determinados (discurso administrativo, publicitário, político etc.); e as unidades não tópicas, constituídas pelos pesquisadores, com o propósito de problematizar o objeto a ser analisado, isolar no interior do campo discursivo as restrições semânticas e espaços discursivos relevantes para o propósito do analista, tais como entrevistas, questionários, testes etc. (MAINGUENEAU, 2008). Isso implica dizer que o analista se depara com um conjunto aberto de tipos e gêneros do discurso, os *corpora* heterogêneos que, dependendo do pesquisador, pode misturar *corpus* de arquivos e *corpus* construídos.

É importante entender que trabalhar com esse tipo de categorização não significa isolar as duas unidades de discurso, posto que as unidades não tópicas são constituídas a partir das unidades tópicas na busca do funcionamento discursivo.

Assim, constata-se uma relação dialógica entre as unidades do discurso, isso ocorre porque o sentido se constrói no interior do interdiscurso.

Neste estudo têm-se as unidades tópicas territoriais que correspondem a espaços predelinados pelas práticas verbais. Para exemplificar, apresenta-se uma das unidades tópicas, trata-se do discurso jurídico materializado na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com estabelecimento de critérios e normas para criação, implementação e gestão das UC. A referida lei está posta na sociedade como instituição discursiva socialmente reconhecida. Tal unidade tópica abre um leque vasto de investigação que o analista do discurso jamais poderá esgotar, no entanto, para o propósito desta pesquisa, deve-se recortar as regularidades discursivas referentes às comunidades tradicionais, especificamente aos pescadores tradicionais. Esse recorte interpretativo se constitui como unidade não tópica, uma formação discursiva que amplia possibilidades variadas de análise das relações de saber e poder no contexto do trabalho da pesca tradicional.

Quanto às unidades tópicas transversais, consideram-se as unidades que atravessam textos de múltiplos gêneros de discurso. Maingueneau (2008) define os registros a partir de três tipos de critérios: linguístico, funcional e comunicacional. Com base nesses critérios, tem-se o gênero de discurso narrativo como unidade tópica transversal, o qual se estabelece pelo registro de tipo comunicacional na combinação de traços linguísticos, funcionais e sociais. Trata-se do discurso narrativo que atravessa o campo discursivo deste empreendimento, materializado na ação verbal dos sujeitos enunciativos que mobilizam as relações de saber e poder entre as comunidades discursivas dos sujeitos institucionais e dos sujeitos tradicionais. O discurso narrativo não se constitui somente daquilo que é dito pelos sujeitos enunciativos, mas, sobretudo, pelo que fazem, por ser considerado como uma instituição que gera condições de enunciabilidade implicadas na relação de gêneros do discurso e posicionamentos.

Conforme Maingueneau (2008, p. 18),

os registros linguísticos são frequentemente definidos a partir de bases enunciativas: a mais célebre tipologia é aquela que E. Benveniste (1966) estabeleceu entre 'história' e 'discurso'. [...] por critérios funcionais, conhecemos o célebre esquema das seis funções de Jakobson [...]. Há também as unidades definidas por uma combinação de traços linguístico (em geral enunciativos), funcionais e sociais para atingir registros de tipo comunicacional: "discurso cômico", "discurso de divulgação", "discurso didático" etc.

Maingueneau (2015) aponta para o refinamento da noção de tipo de discurso, justamente porque alguns gêneros do discurso podem ser integrados a mais de um tipo discursivo, ele se refere ao exemplo do panfleto político que, dependendo da esfera atividade, campo da atividade e lugares da atividade, pode mudar de categorização. O referido autor aponta que "muitos estudos de campo mostram que atividades verbais que poderiam ser julgadas parasitárias ou marginais são, de fato, necessárias ao funcionamento de uma instituição" (MAINGUENEAU, 2015, p. 69).

A problemática dessas unidades, segundo Maingueneau (2008), sugere não apenas problemas metodológicos ao analista, mas também permite interrogar-se sobre sua postura, isto é, restringir sua análise às unidades tópicas, "de domínio", por julgá-las mais objetivas? Ou privilegiar uma abordagem mais "interpretativa", privilegiando as unidades não tópicas? Para resolver essas questões, deve-se seguir o percurso de Foucault (2012, p. 153), o qual afirma que tentou "fazer com que surgisse a especificidade de um método que não seria nem formalizador, nem interpretativo". Dessa maneira, a interpretação na análise do discurso deve restituir os enunciados a sua pura dispersão em um campo de exterioridade, nas "coisas ditas", a fim de apreender sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziu sua incidência, mas também "reencontrar o exterior onde se repartem, em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu espaço aberto, os acontecimentos enunciativos", assegura Foucault (2012, p. 138).

O percurso metodológico adotado para o tratamento dos dados desta pesquisa, com base na

perspectiva plurifocal do analista do discurso, é constituído em quatro eixos: descontinuidades na noção de conservação dos recursos naturais; lugar movediço de inclusão e exclusão; as relações de poder e os buracos negros da política na RESEX; resistências e subversão de fronteiras: insurreição de saberes. Esse percurso plurifocal é relevante para a compreensão da rede interdiscursiva heterogênea constituída histórica e socialmente nas UC, mais ainda, a importante contribuição tanto no alcance epistemológico dos estudos da AD, dialogicamente, com outras áreas do conhecimento quanto na percepção dos embates discursivos entre os sujeitos tradicionais e representantes institucionais diante da engrenagem das relações de saber e efeitos do poder. Nos limites deste artigo, as discussões centrar-se-ão no eixo referente às relações de poder e os buracos negros da política na RESEX, destacando-se como seu funcionamento contribui para a constituição desigual nas relações de poder e saber entre os sujeitos do discurso tradicional e os sujeitos do discurso institucional no trabalho da pesca nas UC Caeté-Taperaçu e Araí-Peroba.

3 Um sistema de dispersão interdiscursivo: governamentalidade e resistências nas relações de trabalho da pesca tradicional

A orientação de Foucault (1999, p. 126) diz que “a análise dos mecanismos do poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor”, ao contrário, sugere que seja feita a demarcação das posições e dos modos “de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros”. Daí a necessidade de preservar o caráter tópico das unidades mobilizadas pela análise do discurso e sua inconsistência, uma vez que esta análise não pode se fechar em um espaço homogêneo, muito menos em totalidades preestabelecidas, uma vez que “o sentido é fronteira e subversão da fronteira, negociação entre pontos de estabilização da fala e forças que excedem toda localidade”, aponta Maingueneau (2008, p. 26).

Como afirmado anteriormente, o percurso plurifocal percorrido em torno de quatro eixos é

relevante para a compreensão da rede interdiscursiva heterogênea constituída histórica e socialmente nas UC, por meio da análise discursiva da Lei 9.985 (BRASIL, 2000) do plano de manejo e das narrativas dos sujeitos das UC estudadas, conforme a Figura 1 que representa as relações interdiscursivas a seguir:

Figura 1 – Eixos da análise plurifocal da rede interdiscursiva nas UC



Fonte: Cardoso (2020, p. 141).

No entanto, a discussão privilegiada neste artigo aprofundará as considerações sobre o eixo das relações de poder e os buracos negros da política, pontuando sua contribuição para o funcionamento das práticas discursivas que se apresentam como táticas estratégicas de governamentalidade de uma sociedade que se pretende manter sob controle.

Um exemplo da “política geral” existente em toda sociedade, conforme Foucault (2013), pode ser vislumbrada na eficácia do poder nas relações de trabalho na pesca tradicional, quando novas instituições apresentam novas formas de imposições de saberes na constituição do exercício do poder. Uma governamentalidade constituída com a implantação de instituições que têm como alvo a população, um Estado de justiça que se instaura por meio da sociedade da lei; um Estado administrativo que controla e estabelece regulamentos, disciplinas, corpo produtivo etc. Por fim, um Estado de governo que instrumentaliza o saber econômico, uma sociedade controlada por dispositivos de segu-

rança que têm na polícia a responsabilidade de salvaguardar o bem público, isto é, a UC e sua população na economia política.

No art. 34, da Lei 9.985, é dado total poder aos representantes governamentais da UC, no que tange à administração e ao recebimento de recursos ou doações de organizações públicas ou privadas, mas também de pessoas físicas que desejam colaborar com a conservação da UC, o que envolve recursos financeiros, objeto de desejo dos sujeitos enunciativos e disputas na hierarquia social recorrentes nas relações de trabalho no espaço da pesca. Em parágrafo único desse artigo, tem-se a exclusividade de uso dos recursos na implantação, gestão e manutenção sob a administração do órgão gestor da UC, disposto da seguinte maneira: "Parágrafo único. A administração dos recursos obtidos cabe ao órgão gestor da unidade, e estes serão utilizados exclusivamente na sua implantação, gestão e manutenção" (BRASIL, 2000).

O dito instituído na lei, precisamente na exclusividade da administração e utilização dos recursos obtidos nas UC, está na legitimação dos sujeitos do órgão gestor e sua importância na política geral. Isso configura o embate conflituoso e desigual entre os sujeitos do discurso tradicional e os sujeitos do discurso institucional na exterioridade da pesca. Trata-se de uma prática discursiva referente ao interdito que movimenta os buracos negros da política, uma negociação que aponta a hierarquia das posições dos sujeitos enunciativos na luta por recursos financeiros, marcada na relação entre a verdade e o desejo de poder no contexto da UC. A tensão no funcionamento discursivo em torno da RESEX pode ser melhor vislumbrada na narrativa dos sujeitos que participaram da pesquisa,⁵ uma amostra dos jogos de interesses na administração e aquisição de recursos:

Às vezes, a gente leva um, dois pescadores, porque são muitas RESEX, porque quando a gente luta, a gente não luta só pelas marinhas, por exemplo, quando a gente ganhou habilitação, todas as RESEX ganharam habitação, as-

sentamento e o caramba, todo mundo ganhou, a gente faz a luta junto pra conseguir junto. Então, como a gente significa muito voto, então isso tem peso, mas só vale se lutar junto, lutar individualizar dificilmente a gente vai consegui, talvez a gente consiga alguma coisa se for em entidades não-governamentais, privada né, a gente consiga alguma coisa individual, talvez seja desse jeito, mas pra conseguir do governo, não consegue sozinho não, consegue fazendo a luta, nós alavanca todo mundo, todas as RESEX. Os encontros que a gente tem a nível Federal é grande (B 1, informação verbal).⁶

O exercício do poder em âmbito institucional ocorre por meio de audiências em nível federal com todas as RESEX e conta com a participação de representações do órgão gestor, ente elas o sujeito da pesca na função de representante institucional da UC, conforme destacado no enunciado "a gente faz a luta junto pra conseguir junto [...]". Observa-se que o narrador acredita que, para o êxito dessa luta, a quantidade de pessoas na representação institucional e maior número de membros das comunidades são fatores que podem garantir a obtenção de recursos financeiros. A audiência pública é o procedimento da troca e circulação de bens do poder político, uma estratégia do governo cujo alvo é a população, para gerir, por meios cada vez mais sutis, os indivíduos, os seus corpos, os seus gestos até mesmo seus desempenhos cotidianos. Trata-se da economia-política sustentada e controlada pelos representantes da RESEX, cuja eficácia está relacionada à complexa rede de dispositivos que se estabelece no conjunto dos quatro eixos definidos na engrenagem referida na Figura 1.

Essas audiências têm a função de controlar a população como se fosse um só indivíduo, por meio de dispositivos administrativos de troca de bens materiais, uma manobra eficaz de assujeitamento dos pescadores na adesão a propostas institucionais. Em conformidade com Foucault (2013, p. 99):

De modo geral, em um caso temos um poder político que encontraria no procedimento de troca, na economia da circulação dos bens o seu modelo formal e, no outro, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica,

⁵ As narrativas dos sujeitos pesquisados são classificadas em A (para as narrativas da vila do Treme) e B (para as narrativas da vila do Arai), em razão de salvaguardar a identidade dos narradores.

⁶ Depoimento concedido à pesquisadora Roseli da Silva Cardoso, na cidade de Bragança, PA, Brasil, em 21 ago. 2018.

o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual.

Em outros termos, o pescador cadastrado que ganha casa e outros fomentos deve estar comprometido com a RESEX, ter participação nas audiências, trabalhar conforme plano de manejo oficial sem nenhuma resistência. Enfim, o pescador cadastrado deve assumir o posicionamento de representante institucional e garantir seu poder de voto nas assembleias, tornando-se um membro institucional influenciador dentro da sua comunidade, tornando-se um excelente cabo eleitoral que, dependendo da filiação partidária, consegue influenciar os eleitores em prol do candidato que decide apoiar. Assim, assiste-se ao processo histórico de transformação do sujeito da tradição em sujeito institucional pela adesão ao sistema e aparato do Estado, uma peça importante na efetivação dos objetivos e funcionamento institucionais dentro da UC.

De acordo com o narrador do excerto da narrativa B 1, a obtenção dos recursos é sugerida como uma vitória dos representantes institucionais por causa do número elevado de sujeitos na audiência, justificada pelo poder de voto atribuído a eles nas disputas pelo poder dentro das UC. No espaço discursivo da pesca, pode-se dizer que os efeitos do poder são eficazes e produtivos por meio da realização simultânea de dois dispositivos do poder manifestos na narrativa supracitada: o dispositivo de troca na economia de circulação de bens materiais e simbólicos e o funcionamento concreto e atual do poder político que instrumentaliza o saber econômico na garantia de votos, conforme o enunciado "Então, como a gente significa muito voto, então isso tem peso, mas só vale se lutar junto". Assim, na medida que os recursos são concedidos, ocorre a possibilidade de controle da população, alvo da mecânica da economia-política na relação de dominação dos representantes governamentais. Uma troca ou uma espécie de escambo da contemporaneidade, porque os bens e fomentos oferecidos têm por contrapartida o controle da população das UC.

Dito de outra maneira, o escambo da contemporaneidade tem seu funcionamento na economia-política atual, seu regime de trocas de bens materiais e bens simbólicos movimenta a circulação de informações, em conformidade com a dinâmica do exercício do poder na garantia do controle da população.

Essa relação entre escambo da contemporaneidade e garantia de controle da população pode ser visualizada na narrativa do pescador, perceptível na expressiva movimentação de recursos financeiros como o objeto de desejo e de disputas entre os sujeitos representantes do órgão gestor da UC, políticos do município e líderes da comunidade:

[...] chegou uma época que veio casa pra mil famílias, apoio pra mil famílias, veio muito recurso via INCRA, [...] ai bem, tinha apoio fechado do prefeito, do vereador porque eles viviam fazendo projeto pra estrada tal da comunidade dos campo tal. Nós temos um poço aqui, teve vereador que disse que foi ele que trouxe [...]. Em nome dos associados que veio água. Então mais de meio milhão na época, foi uma coisa surpreendente. Ai o prefeito mergulha, diz assim 'foi eu que prometi, eu cumpri'. Mas isso é trabalho de associação, via INCRA. Saneamento básico, infraestrutura que veio, na época de 2009 a 2012 foi surpreendente, muito dinheiro (A 1, informação verbal).⁷

No confronto entre a lei e a narrativa de um membro da RESEX, referente à administração e ao uso dos recursos financeiros, tem-se um espaço discursivo constituído por lutas pelo poder sustentado por saberes díspares na rede discursiva das relações de trabalho da pesca tradicional. De um lado, vê-se que o discurso de proteção dos recursos naturais e sustentabilidade ganham visibilidade na lei na mesma proporção que os recursos financeiros e incentivos fiscais são liberados pelo Estado e geridos por seus representantes. Por outro lado, no sistema de restrições semânticas no espaço discursivo da pesca, há também a possibilidade de um não-dito, o discurso de crescimento econômico com a exploração dos recursos naturais e a grande concentração de renda destinada aos moradores das UC, ocasionando disputa política de lideranças sociais

⁷ Depoimento concedido à pesquisadora Roseli da Silva Cardoso, na cidade de Augusto Corrêa, PA, Brasil, em 21 set. 2018.

nas comunidades, objeto de desejo presente na materialidade da narrativa: "então mais de meio milhão na época, foi uma coisa surpreendente".

Dessa maneira, a ausência do poder público nessas comunidades poderia implicar perdas consideráveis de poder, de domínio e de controle do Estado, no que se refere à volumosa renda da exploração dos produtos do mar e incentivos financeiros das políticas públicas governamentais no espaço da pesca tradicional. Nesse espaço discursivo são demarcados os domínios de objetos, em que se autoriza aquilo que se pode falar na prática discursiva da administração dos recursos financeiros, domínios de objetos que asseguram, não a ampla participação dos sujeitos da tradição, mas a autoridade do poder público (prefeito, vereador, líderes comunitários e órgão gestor) e a delimitação das posições subjetivas, um exercício de poder legitimado e autorizado em nome da lei e dos saberes técnico-científicos dos representantes governamentais.

Nesse segmento estão implicados vários setores da sociedade e as posições dos sujeitos autorizados e não autorizados pelo poder público, entre eles os pescadores associados e os não associados. Nessa hierarquia, o discurso legitimado na relação de saber e poder acima não é do sujeito da pesca tradicional. Apesar da ampla participação garantida na lei, percebe-se que os associados são apagados no espaço marinho, mesmo quando se sabe que sem eles nenhum recurso seria liberado pelo Governo Federal. Nota-se uma disputa política entre os sujeitos: de um lado quem busca por legitimidade é o prefeito do município da qual a UC faz parte; do outro, os sujeitos representantes institucionais garantem os empreendimentos realizados pela RESEX, segundo regularidades expressas na narrativa: "ai o prefeito mergulha, diz assim 'foi eu que prometi, eu cumpri'. Mas isso é trabalho de associação, via INCRA" (A 1, informação verbal).⁸

Outro trecho mostra a importância dos associados no processo de obtenção de recursos para a comunidade e o poder de voto dentro da comuni-

dade, mas também a esperteza do representante político que assegura seu discurso demagogo para conquistar votos dos moradores da comunidade: "nós temos um poço aqui, teve vereador que disse que foi ele que trouxe [...]. Em nome dos associados que veio água"(A 1, informação verbal)⁸.

Logo, pode-se dizer que os fragmentos destacados acima se materializam como uma vontade de verdade que se refaz e se transforma, ao ponto de ser considerada incontestável no espaço discursivo da pesca. O cadastramento é um dispositivo de poder que funciona como uma rede entre instituições, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas que estabelecem o dito no espaço burocrático do funcionamento institucional da RESEX.

As estratégias de controle dos recursos financeiros do órgão gestor nas UC asseguram os interesses do Estado e de seus representantes, pois nessa prática discursiva está materializado o desejo sobre aquilo de que se quer apoderar: um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo "as águas jurisdicionais com características naturais relevantes", segundo o capítulo I – Das disposições preliminares, art. 2º, da Lei 9.985. O interdito presente no dito institucional "águas naturais relevantes" engloba, na rede interdiscursiva da pesca tradicional, os adjetivos "natural e relevante" que despertam interesses econômicos, políticos e de lideranças comunitárias em torno do objeto de desejo dos subsídios financeiros que giram em torno da grande concentração de renda e incentivos fiscais nos espaços marinhos do Brasil, principalmente na região amazônica (FURTADO; LEITÃO; MELLO, 1993).

Assim, com base nessa assertiva, percebe-se que as águas dos ribeirinhos e dos pescadores deixam de ocupar, simplesmente, o lugar do autoconsumo da comunidade, estas mesmas águas, no campo discursivo estudado, são transformadas, modificadas, transfiguradas em objeto de desejo e disputa entre os sujeitos representantes institucionais e líderes comunitários, passam a ser as águas jurisdicionais, naturais e relevantes,

⁸ Depoimento concedido à pesquisadora Roseli da Silva Cardoso, na cidade de Augusto Corrêa, PA, Brasil, em 21 set. 2018.

desde que sejam incluídas como UC. Aqueles que, porventura, moram nas proximidades das águas não-jurisdicionais são excluídos do processo de institucionalização, deixando de receber as melhorias e os benefícios da qualidade de vida, oferecidos aos sujeitos associados das áreas protegidas. Assim, os interesses institucionais não apresentam políticas públicas aos sujeitos que habitam em áreas que não oferecem nenhum retorno financeiro, nota-se que o que importa não é o bem comum da sociedade, mas sobretudo salvaguardar o controle do território e dos sujeitos que possibilitam lucros para o poder público.

Considerações finais

Apesar de todos os buracos negros da política em torno da RESEX, uma coisa é certa na governamentalidade do Estado, o não dito do exercício do poder garante o controle e o domínio da UC, mesmo se nela ocorra a negligência nas propostas de conservação e de qualidade de vida necessários à população. Portanto, na arquitetura institucional da RESEX, a história do poder se confunde com a "história dos espaços", posto que o que importa nos jogos de interesses é a realização dos objetivos econômico-políticos do Estado, por meio de dispositivos de poder para manter uma positividade, isto é, o controle e o domínio dos espaços marinhos.

A análise discursiva das relações de trabalho dos pescadores tradicionais atravessa uma rede de sentidos dispares, contínuos e descontínuos, qualificados e desqualificados na articulação conflituosa entre saberes e poderes nas UC estudadas. Uma governamentalidade de controle social inscrito na relação entre território, população e representação política, alicerçada na economia política do Estado que exercita o poder no triângulo da disciplina, da soberania e da gestão governamental. No território das UC, o exercício do poder atua na disciplina do manejo dos recursos naturais e dos sujeitos da tradição, controla a população por meio de dispositivos vários, entre eles os de escambo na contem-

poraneidade dispostos na gestão institucional a serviço da soberania do Estado.

Os simulacros expressos nos buracos negros das disputas políticas em torno da gestão dos recursos destinados às UC deságuam em discursos demagogos que caem no abismo de descrédito e desconfiança entre os sujeitos tradicionais, devido às inúmeras promessas não realizadas, fato que explica o fracasso institucional expresso em suas narrativas orais.

Tais narrativas orais possibilitam a análise genealógica dos saberes dos sujeitos da tradição, espaço discursivo da insurreição de saberes contra o poder centralizador e seu funcionamento na economia política. As narrativas apresentam a sintaxe legítima que resiste às regras da língua oficial, dribla as leis na burocracia do contrato social, perpetua os saberes locais na arte do cotidiano entre seus familiares. Essas práticas polimórficas e criativas são as maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar e da língua com fragmentos de genealogias dispersas e silenciosas que asseguram a luta contra a ordem institucional da mecânica do poder caracterizada pela indissociabilidade obscura da economia e do político no espaço discursivo das UC.

Então, com esta vontade de verdade expressa na narrativa do pescador tradicional, encerra-se este empreendimento analítico discursivo:

[O que o senhor sugere? Que melhoraria a vida do pescador] [...] eu achei, ele não era pra ter esse defeso porque o pescador, ele não tem só se ele já for, como diz o velho, pescador enraizado pra ter o dinheiro guardado, mas se não for - pescador depende de trabalhar todo dia, ainda mais esses que ganham só um quinhãozinho, chega aí acaba logo, todo dia tem que ir. Então, como a senhora tá falando pra ter defeso, era pra ele dá uma ajuda, já que não fosse um salário, mas pelo menos ... um ganho pra pessoa sobreviver. Se eu ficar parado assim, eu me sinto mau, se eu puder pescar todo dia pra mim é mais uma saúde, eu sinto meu corpo, se eu puder todo dia eu ir pra maré pra mim é um favor... Eu me sinto mais bem, pescando todo dia, mesmo assim sentindo uma dorzinha daqui puxando a rede. Dessa idade que tou, eu já não sinto quase dor na costa (A 2, informação verbal).⁹

⁹ Depoimento concedido à pesquisadora Roseli da Silva Cardoso, na cidade de Augusto Corrêa, PA, Brasil, em 23 out. 2019.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Agros, 2009.

BRASIL. *Lein. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. *Decreto de 20 de maio de 2005*. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. *Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu*. Bragança, 2007.

CARDOSO, Roseli da Silva. *A interface discurso e trabalho nas relações entre pescadores tradicionais e representantes de instituições governamentais da pesca*. 2020. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza (org.). *Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Endereço para correspondência

Roseli da Silva Cardoso
Secretaria de Educação do Estado do Pará
Travessa Domingos de Sousa, 489
Aldeia, 68600.000
Bragança, PA, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação das autoras antes da publicação.

Roseli da Silva Cardoso

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, PA, Brasil; mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Bragança, PA, Brasil; professora da Secretaria de Educação do estado do Pará (SEDUC-PA), em Bragança, PA, Brasil.

Fátima Pessoa

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG, Brasil; mestre em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, PA, Brasil; professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, PA, Brasil.
